

# MOTIVOS DO ESTADO DE GREVE DOCENTE DA UFPEL

Sobram motivos. O último e mais chocante de todos é o projeto de Reforma Administrativa apresentado pelo governo Bolsonaro e seus aliados no Senado. O projeto propõe reduzir salários, acabar com a estabilidade do servidor público, reduzir carreiras e suspender progressões na carreira “enquanto houver crise fiscal”. Formado pela PEC Emergencial, PEC dos Fundos Infraconstitucionais, PEC do Pacto Federativo, juntando com a PEC 438/2018 causa um desassossego atrás do outro.

Na assembleia da Adufpel do dia 27 de novembro, avaliamos com atenção cada uma delas. Depois disso, nenhum docente ficou em dúvida. Não há mais como prosseguir como se esta fosse uma situação de normalidade. Não há possibilidades de planejar o próximo semestre, assumir novas disciplinas, renovar projetos de pesquisa e de extensão, preocupar-se com adequação da metodologia de ensino, enquanto o governo planeja formas de legalizar a redução dos salários e, inclusive, já consolidou o confisco de parte dos nossos salários na forma de aumento da alíquota da previdência nos nossos contracheques com a aprovação da reforma da previdência.

É hora de agir. Fala após fala, cada colega presente na assembleia manifestou contrariedade com a perda da autonomia das universidades no caso do avanço do Future-se, com as nomeações de reitores que não estavam em primeiro lugar na lista tríplice e com a manutenção da política de austeridade que pretende economizar dinheiro – pasmem – reduzindo gastos com educação e com pagamento de servidores públicos.

O governo prossegue apostando numa suposta tolice dos brasileiros que imaginariam poder reduzir o investimento em educação no país atraindo recursos da iniciativa privada. A iniciativa privada pode, de fato, investir em pesquisa, mas investe apenas naquela pesquisa do interesse específico da empresa em questão. E todo dinheiro que ela investirá será gasto com as despesas da própria pesquisa na qual ela tem interesse. Jamais investirá apenas diante de uma expectativa de avanço tecnológico. Pedirá garantias. Jamais financiará a formação de professores para escolas básicas, por exemplo. E não é mesmo o seu papel. Este é o papel do estado. Assim, o plano, claro, é de desfinanciamento da universidade pública brasileira através do Future-se e da Reforma Administrativa.

Por todos estes motivos, naquela assembleia, os docentes decidiram:

- 1) Entrar em estado de greve
- 2) Dialogar com todos os colegas sobre a gravidade das PECs em tramitação
- 3) Indicar representantes para a reunião do setor das federais com a tarefa de defender o início da greve docente no país para início do ano que vem.

“Nem zebra gorda, nem cordeirinho medroso, mas professores, pesquisadores, cientistas do nosso país.”

# Motivos para o Estado de Greve docente em detalhes

## A Reforma Administrativa

### PEC Emergencial (186/19)

Cria mecanismo para, em caso de problemas financeiros, proibir criação de novos cargos, proibir contratação de servidores, proibir progressões e promoções na carreira. E também permite a redução de salário e jornada de servidores em até 25%.

### PEC do Pacto Federativo (188/19)

É uma chantagem com os estados e municípios que poderão acessar recursos da União apenas se também reduzirem salários dos seus servidores, extinguirem cargos e não realizarem concurso público. Também prevê a extinção de municípios pequenos.

### PEC dos fundos infra-constitucionais (187/19)

Extingue 248 fundos, destinando dinheiro para pagamentos de juros e amortizações da dívida pública.

### PEC 438/2018

Autoriza redução de salário quando houver crise financeira.

## O Future-se

Com o Future-se as universidades federais passariam de gestão autônoma com reitores eleitos nas comunidades acadêmicas para gestão por Fundações. Sugere autofinanciamento e, por consequência, cobrança de mensalidades. Pesquisa e extensão ficam subordinadas aos interesses das empresas compradoras de tecnologias.

## Os cortes orçamentários

O corte de 30% do orçamento das universidades federais ocorrido em maio desde ano foi liberado em 18 de outubro. É provável que não tenha tempo hábil para gastar todo dinheiro em várias universidades, reduzindo o teto para os anos seguintes por causa da EC 95/2016.

## A PEC da Morte (EC 95/16)

A EC 95/2016 proíbe gastos com educação e saúde maiores do que o ano anterior mais a inflação por 20 anos. Como este ano, várias universidades não conseguirão executar todo orçamento, o orçamento para 2020 será menor.

## Em defesa da democracia

Pela nomeação dos reitores eleitos pelas comunidades acadêmicas!

## Em defesa da ciência e tecnologia

Contra os cortes de bolsas!

